CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS MÍDIAS COMUNITÁRIAS COMO FERRAMENTAS DE CONSTRUÇÃO DE PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO LIBERTÁRIOS

Alexandre Bonetti Lima*

Andréia Souza Grespan

Introdução

Este texto pode ser caracterizado como um ensaio, no qual buscamos refletir sobre as mídias e seus efeitos nos processos de subjetivação, destacando, em particular, o papel que potencialmente as mídias comunitárias têm nesse processo. Se, de um lado, as grandes mídias buscam agressivamente alcançar um número massivo de consumidores de seus elementos simbólicos, caracterizando-se por uma programação com conteúdos e qualidade estética padronizada, definindo-se, portanto, como mídias de massa; as mídias comunitárias, por outro lado, voltam-se preponderantemente para as populações de seu entorno – e não apenas geográfico, vale dizer, mas também ideológico e sociocultural –, ressaltando suas singularidades no intuito de torná-las visíveis em um mundo no qual a visibilidade política e social é cada vez mais dependente da comunicação midiática.

Sobre os Impactos Sociais da Mídia – algumas considerações:

Fora das mídias, o mundo é uma sombra indigna de confiança. Antes da televisão, antes do cinema, já era assim. Quando Búfalo Bill agarrava algum índio distraído e conseguia matá-lo, rapidamente procedia a arrancar-lhe o couro cabeludo e as plumas e demais troféus e de um galope ia do Oeste aos teatros de Nova Iorque, onde ele mesmo representava a façanha heróica que acabava de protagonizar. Então, quando as cortinas se abriam e Búfalo Bill erguia sua faca ensanguentada no palco, à luz de candelabros, então ocorria, pela primeira vez ocorria, de verdade ocorria, a realidade (Galeano, 1991: 150).

A citação acima é ilustrativa a respeito da importância que alcançam as mídias nas sociedades contemporâneas. Assumem papel central no processo de tematização e construção social da realidade nos dias de hoje. Marshall McLuhan, já nas décadas de 1960 e 1970, destacava os impactos que produziram as mídias nas organizações sociais, alterando radicalmente as noções de tempo e espaço, bem como as relações sociais nos cotidianos das diferentes sociedades.

De fato, desde a invenção de Gutenberg, a tecnologia de impressão possibilitou o desenvolvimento de um grau de reprodutibilidade nos processos de produção da informação nunca antes imaginados. A título de ilustração, Eisenstein (1998) imagina uma situação na qual uma pessoa nascida quando da queda de Constantinopla, em 1453, ao olhar para trás, 50 anos após seu nascimento, poderia contabilizar em torno de oito milhões de livros impressos neste breve período de tempo, quantidade, por sua vez, maior do que todos os escribas europeus haviam confeccionado desde que Constantinopla fora fundada, em 330 d.C. Essa capacidade fantástica de reprodução de informações, que se inaugura na segunda metade do século XV, promove um processo de difusão igualmente fantástico, atingindo progressivamente os mais variados recantos da Europa e algumas de suas principais colônias. Comunidades e populações que até então organizavam-se em sociabilidades baseadas exclusivamente em relações face a face, interagindo fundamentalmente a partir de experiências vividas em âmbito local, e transmitidas pela via oral, passam a ter acesso a histórias (ficcionais e ou verídicas), notícias diversas (políticas, religiosas, escândalos da nobreza etc), produções culturais, entre outros, oriundas de lugares distintos dos lugares dos receptores destes elementos simbólicos, configurando sociabilidades nas quais se multiplicam expressivamente as versões sobre “a realidade”, bem como os discursos que nomeiam, significam e materializam os eventos cotidianos, dinamizando, assim, o *ethos* de cada agrupamento social e tornando mais instáveis as bases do instituído. Como recorda Marcondes Filho (2000):

O saber, o acesso aos documentos, o direito à pesquisa estiveram, até a invenção dos tipos móveis de Gutenberg, nas mãos da Igreja. As primeiras publicações começaram a multiplicar o número daqueles a quem era dado conhecer os textos reservados, secretos ou sagrados. O saber se espalha e começa a arruinar as bases da unidade religiosa (p. 10).

Thompson (1995, 1999) destaca, ademais, a capacidade de fixação dos meios de comunicação mediados, tornando possível o acesso ao que foi originalmente produzido não apenas em regiões, mas também em épocas distintas das dos receptores. Reproduções das obras de inúmeros filósofos e poetas da Grécia socrática e pré-socrática, bem como da Roma antiga, entre outros, além da possibilidade de acesso ao que fora escrito por autores de outras regiões distantes, embora contemporâneos, foram influências importantes para o desenvolvimento do pensamento iluminista, uma vez que propiciaram intercâmbios inéditos até então.

McLuhan (1962, 2001) destaca ainda a participação efetiva da mídia impressa no processo de criação de uma consciência de pátria nacional. Argumenta que a tendência ao enquadramento da linguagem – com suas formas de expressão das experiências e da cultura de um povo – nos limites das regras gramaticais e da sintaxe das línguas em comum contidas nos textos impressos, padronizadas e sistematizadas em livros especializados e dicionários foi um elemento importante na sua criação. Malgrado o número de pessoas alfabetizadas nos princípios da era moderna ser bastante reduzido, há que se considerar a existência de uma prática comum na época: as leituras públicas (nos cafés, nos bares, nas praças públicas), nas quais alguém lia notícias de jornais, panfletos, ou mesmo poesias ou novelas ficcionais para ouvintes que não sabiam ler (Briggs e Burke, 2006). Além disso, políticas e incentivos para alfabetização da população começavam a ser organizados por vários governos da época (Eisenstein, 1998). Rompia-se, assim, com o tribalismo das sociedades pré-letradas, confeccionando-se progressivamente em seu lugar sociedades orientadas pela abstração da identidade nacional.

Além da mídia impressa, outros veículos midiáticos surgiram no decorrer dos séculos. Novas tecnologias como o rádio, o telégrafo, o telefone, e mais recentemente a televisão e a internet intensificaram ainda mais o poder de penetração das mídias nos cotidianos mais diversos. Classificadas por Lévy (2010) como fazendo parte do que denomina como tecnologias intelectuais produziram, em cada tempo, transformações radicais na experiência sociocognitiva da humanidade, uma vez que promoveram outras maneiras de conceber e efetivar os processos de conhecimento e pensamento mediante as interações com esses novos sistemas tecnológicos. Apresentam-se, assim, como novas lentes e ferramentas para apreender e agir no entorno social, proporcionando novas metáforas, novas linguagens de mediação com o mundo e conosco no mundo, novas ontologias, portanto. As possibilidades que as tecnologias digitais, em particular, têm de produzir simulações como prévios ensaios programáticos para a construção de modelos de ação e intervenção na realidade, propiciam uma tendência de rearranjo epistemológico, no qual cada vez mais as clássicas concepções representacionistas da verdade, que a concebem como entidade a-histórica, são desconstruídas. Como afirma Jonathan Potter (1998):

A realidade se introduz nas práticas humanas por meio das categorias e das descrições que formam parte dessas práticas. O mundo não está categorizado de antemão por Deus ou pela Natureza de uma maneira que todos nos vemos obrigados a aceitar. Se constitui de uma ou outra maneira na medida em que as pessoas falam, escrevem e discutem sobre ele (p. 130).

Consonante com isso, a noção que temos do tempo se transforma e se relativiza em nossos dias. Além da instantaneização da transmissão das informações, cria-se como possibilidade concreta a presentificação de passado e futuro. Melhor dizendo, o usuário de um equipamento de comunicação digital, pode trazer para sua tela tanto imagens e informações de cenas e acontecimentos passados em períodos anteriores, como previsões de futuro. Cria-se, assim, nas palavras de Castells (1999), “uma colagem temporal em que não apenas se misturam gêneros, mas seus tempos tornam-se síncronos em um horizonte aberto sem começo, nem fim, nem sequência” (p. 486).

Assim como ocorre com o tempo, o espaço também sofre transformações importantes. Tradicionalmente, espaço é definido como o cenário geográfico onde a atividade social ocorre, e cujas dimensões são delimitadas pela presença de pessoas que compartilham sentidos e tempo. Espaço e tempo aqui são interdependentes, na medida em que as atividades sociais são localizadas no âmbito das interações face a face. Para Giddens (1991), porém, nas sociedades contemporâneas,

O advento da modernidade arranca crescentemente o espaço do tempo fomentando relações entre outros ‘ausentes’, localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face a face. Em condições de modernidade, o lugar se torna cada vez mais fantasmagórico; isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles. O que estrutura o local não é simplesmente o que está presente na cena; a ‘forma visível’ do local oculta relações distanciadas que determinam sua natureza (p. 27).

Nossa relação com o mundo, então, transforma-se radicalmente; ela é agora local-global e não mais local-local, como anteriormente, diz Milton Santos (2010). Melhor dizendo, cada lugar é agora virtualmente mundial, pois nele presentificam-se e articulam-se elementos sociotécnicos oriundos do espaço-mundo. Dizer que cada lugar é virtualmente mundial, contudo, não significa que todos os lugares se homogeneizam tornando-se iguais; pelo contrário, cada microlugar se diferencia na medida em que a comunhão que cada qual mantém com o mundo se singulariza numa dialética de tensões, conflitos e negociações constantes, cujas resultantes são momentâneas e singulares, desencadeando diversidades (Santos, 2010). Afinal, os processos históricos são sempre descontínuos, tortuosos, com idas e vindas, impondo convivências conflituosas, mas também complementares entre agrupamentos sociais cujas organizações cultural, sociocognitiva,

sociotécnica, bem como sua localização na divisão social do trabalho são bastante distintas, embora convivam no mesmo mundo e na mesma época.

Diferentemente do que afirmam os gurus da globalização que fazem coro a um discurso único sobre o mundo, portanto, a contemporaneidade é desenhada por diversidades, singularidades e desigualdades vastas marcadas, por seu turno, por patamares de poder bastante distintos. Como alerta Milton Santos (2008): “O espaço se globaliza, mas não é mundial como um todo, senão como metáfora” (p. 29), pois não há um espaço global, quem se globaliza são as pessoas nas relações sociais em seus cotidianos localizados. O que existe, portanto, argumenta o autor, são espaços hegemônicos e não hegemônicos, assim como temporalidades hegemônicas e não hegemônicas. Os espaços hegemônicos são os nós formados por atores sociais que interconectam redes de interações e intercâmbios, cujas práticas sociais regulam e moldam a sociedade, colonizando mais ou menos os múltiplos e heterogêneos espaços não hegemônicos. As temporalidades hegemônicas são as temporalidades dos fluxos, ditadas pelo grande capital que, através de meios tecnocientíficos, rompem fronteiras deslocando-se com ampla liberdade por onde desvela potencialidades lucrativas. As temporalidades não hegemônicas são mais lentas, corporificadas por múltiplos e diversificados atores hegemônicos, cuja velocidade e possibilidade de deslocamento variam conforme a força política, econômica e o potencial estratégico que detém.

Tendo em vista a complexidade que assume o mundo contemporâneo, os meios de comunicação midiáticos, pelo poder de penetração social que possuem, bem como pelos impactos que vêm produzindo nos últimos séculos nas organizações e relações sociais nos mais variados cotidianos, passam a ser cada vez mais utilizados como aparelhos estratégicos para reprodução e naturalização das relações de dominação, na medida em que se mostram como potentes dispositivos de influência e interferência nos processos de subjetivação. Por meio deles, diz Habermas (1984), abre-se um poderoso campo de possibilidades de colonização do mundo vivido pelo sistema, uma vez que simultaneamente presentificam, tornando conhecidas, as falas e as vozes dos atores nos cotidianos do mundo vivido, levando-as de volta para eles ressignificadas e encenadas de modo a buscar cooptação e naturalização da ordem social. Obstaculizam, assim, a visibilidade íntegra de construções alternativas à ordem social.

Em toda programação das grandes mídias, isso pode ser identificado. Nas programações jornalísticas, por exemplo, tidas como quadro de transmissão de informações verídicas, Gomes (2000) chama a atenção para o efeito de real que buscam produzir aos que acompanham as notícias.

Efeito de real, para o autor, diz respeito aos discursos que se utilizam de referencialidades supostamente conectadas a um real que se entende como independente e autônomo do mundo social e cultural, mas cujo estatuto de realidade é construído por tais discursos. Explicando melhor, ao se atentar aos índices que usualmente os programas jornalísticos empregam para justificar a veracidade do que estão dizendo – por exemplo, a imagem do lugar onde ocorreu o fato noticiado – pode-se perceber que nada mais são que recortes descontextualizados do acontecimento, configurando, assim, uma versão do acontecimento.

Na mesma linha de pensamento, Mouillaud (2002) define a notícia como um recorte de elementos de um evento ocorrido em algum lugar e tempo entendido como digno de nota pelo corpo de profissionais e organizações que fazem as notícias. Recorte este que responde a uma questão inicial, a partir da qual procura-se dar coerência e unidade a uma situação originariamente caótica. Diz ele sobre isso:

“Dizer o que ocorreu obriga selecionar certos dados e ligá-los, entre si, para formar um fio; então, algo ocorreu, figuras tornam-se manifestas no tecido existencial. A descrição de Goffman alcança a intriga aristotélica. A intriga supõe uma escolha arbitrária dos dados, e cada uma das escolhas induz a uma história diferente. Múltiplos outros cenários permanecem virtuais e nunca serão escritos” (p. 42).

Assim, a nota de um atentado realizado por um homem contra sua família, matando a esposa e as duas filhas, seguido de seu próprio suicídio (Folha de S. Paulo, 29/05/2003), limita o evento ao momento trágico dos crimes e do suicídio. Outro recorte instituiria outro acontecimento, produzindo informação distinta, a qual, por sua vez, seria do mesmo modo isolada do *continuum* de duração de sua existência complexa. “Desta forma”, diz Mouillaud (2002), “no tempo como no espaço, o acontecimento parece repousar sobre decisões que, atribuindo-lhe limites arbitrários, instituem a cena do acontecimento como uma cena legítima” (p. 63).

Pode-se imaginar, então, como tais meios de comunicação noticiariam as histórias de personagens como Hamlet, de Shakespeare, ou Raskólnikov em Crime e Castigo, de Dostoiévski, ou mesmo Édipo Rei, de Sófocles, tivessem elas se realizado e não fossem ficção. Rotulariam provavelmente seus protagonistas como meros assassinos ou frios psicopatas, e toda a riqueza sociopsicológica de seus personagens, bem como a complexa trama da história seriam empobrecidas e reduzidas a um recorte simplista e arbitrário.

Para Gitlin (2003), tal recorte se faz mediante procedimentos e concepções de modo algum neutros. A partir da definição de enquadramento das mídias como “(...) padrões persistentes de cognição, de interpretação, de apresentação, de seleção, de ênfase e de exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam habitualmente o discurso, seja ele visual ou verbal” (p. 09), o autor se pergunta: por que se escolhe um enquadramento e não outros? Por que se recorta determinado aspecto de uma situação ou acontecimento e não outros? Por que se narra uma história e não outras possíveis ao se focalizar certo evento?

Tuchman (1978), por sua vez, identifica que os produtores de notícias costumam utilizar relatos e interpretações de algumas fontes (geralmente oficiais) e não de outras e, procedendo assim, legitimam setores da sociedade representados por estas fontes em detrimento de outros, uma vez que conferem um caráter fatural às concepções e interpretações dos primeiros.

Spink (2006) identifica o caráter ideológico presente na construção dos conteúdos nos meios de comunicação midiáticos. Partindo do pressuposto de que “estudar ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação” (Thompson, 1995, apud Spink, 2006, p. 24), a autora, através de uma concepção multimodal, busca analisar “as estratégias midiáticas que obstaculizam a capacidade reflexiva [do consumidor das formas simbólicas das mídias] pelo uso de estratégias que levam à naturalização de repertórios interpretativos” (Spink, 2006, p. 25). A título de exemplo, a antropomorfização com que a economia é comumente tratada pelos noticiários econômicos com denominações do tipo: a bolsa de valores amanheceu nervosa ou tensa, o mercado financeiro está tranquilo, entre outras, obstaculiza a identificação de que o mercado, o sistema financeiro, a economia enfim, é uma construção social, portanto, uma produção humana, e não algo com vida própria que natural e inevitavelmente molda e determina a existência humana.

Comunicação Comunitária, Resistência e Potencialidades Libertárias:

Diferentemente, as iniciativas de comunicação popular e comunitária surgem como possibilidades de uma produção comunicativa que se contrapõe ao tipo de produção das grandes mídias de massa descritas acima. Pois orientam-se para o rompimento da lógica de dominação por elas engendradas, estabelecendo-se como oposição aos padrões hegemônicos dessa ordem social e defendendo a construção de novas possibilidades de construção da realidade. Configuram-se, dessa forma, como movimento de resistência às forças normatizantes legitimadas e naturalizadas pelos

meios de comunicação de massa. Nesse sentido, sua prática transcende a noção de uma comunicação exercida no interior de uma comunidade e ressona para as formas de organização do social, com potencial de inventividade de relações diferentes, de relações comunitárias.

As relações comunitárias se diferenciam como possibilidades de relações entre pessoas em condições de serem “chamadas pelo nome”, e de serem respeitadas e reconhecidas em suas heterogeneidades e singularidades. Em relações de dominação, essas condições se pulverizam dando lugar a atitudes cada vez mais globalizadas e totalitárias. Esse movimento totalitário é característico do modo pelo qual a sociedade engendra a massificação das pessoas. As individualidades são fundidas, e em seu lugar expostas posições possíveis ao sujeito marcadas por dicotomias morais, tais como, bem/mal, certo/errado, normal/anormal etc, por sua vez configuradas como identidades estáticas e centradas no indivíduo. Perde-se de vista, assim, o incessante movimento de construção de uma subjetividade historicamente produzida, extraindo o movimento do social, da vida sendo vivida e das possibilidades de uma práxis autônoma e autêntica.

Ao se enveredar pela comunicação popular e comunitária, buscam-se práticas comunicativas que contemplem os aspectos problematizados acima. Isso implica compreender que as dominações econômicas, políticas e culturais passam invariavelmente pelo campo das comunicações midiáticas, aparecendo e instituindo-se socialmente como discursos universais e, por vezes, sem historicidade. O comum passa a ser o lugar do mesmo e não das diferenças.

A práxis comunicativa popular e comunitária, compreendida a partir dos desdobramentos que teve na América Latina, ajuda a compreender como, em países marcados pelo cerceamento autoritário das liberdades nos processos ditatoriais, e pelo arranjo injusto e desigual sofrido pelas populações em função dos determinantes econômicos, é possível enfrentar este processo, considerando as contradições específicas de cada período histórico. Peruzzo (2006), em artigo no qual propõe revisitar os conceitos de comunicação comunitária, cita Fernando Reyes Matta para afirmar que: “Essencialmente, essa comunicação a partir do social buscava alterar o injusto, alterar o opressor, alterar a inércia histórica que impunha dimensões sufocantes, através de uma vocação libertadora que se nutria por uma multiplicidade de experiências comunicativas” (apud Peruzzo, 2006, p. 03).

Nesse aspecto, Miani (2006) ressalta que a comunicação comunitária “afirma toda sua potencialidade crítica ao valorizar os processos participativos fundamentados na recuperação das subjetividades num contexto de coletividade” (n.p.). Ele ainda reconhece que é somente por meio

da participação que ocorre a concretização de uma proposta comunitária de comunicação. A participação deve ser compreendida enquanto processo, que em maior ou menor medida, propicia o reconhecimento dos sujeitos num projeto coletivo. O autor prossegue defendendo que a “busca permanente por uma participação que se estabeleça como exercício do poder de forma democrática ou partilhada é condição indispensável para a constituição e consolidação de uma comunidade” (Miani, 2006, n.p.).

A comunicação comunitária produzida nas circunstâncias das relações comunitárias abre caminho para que as pessoas possam “*Ejercer individual y colectivamente su derecho a la comunicación libre y plural*(texto de Catia tv). Cria uma comunicação que diga de si e dos outros e produzida por si e pelos outros e que, segundo PAIVA (2007), atua na ampliação de novas linguagens comunicativas, interferindo nas relações de dominação, de educação e na reflexão sobre os processos sociais e comunicativos, no intuito de modificá-las.

O dispositivo da comunicação popular e comunitária constitui uma fonte de força sociopolítica por seus aspectos geradores de apropriação política de instrumentos comunicativos, de seus direitos e pelo exercício da cidadania emancipada. A comunicação gerada no interior dessas experiências se engendra pelas argumentações políticas construídas na organização coletiva para pensar conteúdos e formas da comunicação. Trata-se de um engajamento cotidiano nos cotidianos, onde se operam as contradições mais complexas do modo de produção capitalista, de um mergulho aos múltiplos fracionamentos da subjetividade (SANTOS, 2001) das pessoas nos seus lugares de vivência e ação. São práticas que se configuram por seu potencial gerador, inventivo, de buscas de soluções para os enfrentamentos necessários identificados dia a dia pelos grupos produtores e executores dessa comunicação. Aproximam as pessoas de um campo de intervenção política evidenciando suas potências de transformação de uma realidade repleta de desigualdades sociais e injustiças.

Estes elementos engendrados no interior dessas práticas de comunicação popular e comunitária agem também como processos de subjetivação. Sinalizam a possibilidade de subjetividades não mais fundadas em leis e dispositivos de coerção social e naturalização das desigualdades, mas pelo contrário, fundadas em autonomia e deslegitimação críticas das relações de dominação.

Estas experiências de organização participativa das pessoas imprimem dispositivos para novos processos de subjetivação; e embora pareçam movimentos pequenos ou então restritos a

determinados territórios ou a determinados momentos políticos, possuem um potencial de extensão e internacionalização enormes (SANTOS, 2001), na medida em que podem transbordar as pequenas experiências para outros territórios promovendo, assim, o tensionamento da ordem social mais amplamente. Estes pequenos movimentos organizados participativamente atuam como possibilitadores de surgimentos de subjetividades militantes que no cotidiano dos seus grupos sociais agirão como sujeitos sociais capazes de lutar por democracia, cidadania, igualdade, expressão de diferenças sempre no sentido da superação da exploração e da opressão (MANFROI, 2001), sinalizando novas formas de atuação política e de emancipação.

Referências

Briggs, A. & Burke, P. (2006). *Uma História Social da Mídia: de Gutenberg à internet*. Jorge Zahar Editor.

Castells, M. (1999). *A Sociedade em Rede: a era da informação, economia, sociedade e cultura*. Editora Paz e Terra.

Eisenstein, E. L. (1998). *A Revolução da Cultura Impressa: os primórdios da Europa moderna*. Editora Ática.

Galeano, E. (1991). *O Livro dos Abraços*. L&PM editores.

Giddens, A. (1991). *As Consequências da Modernidade*. Editora Unesp.

Gitlin, T. (2003). *The Whole World is Watching: mass media in the making and unmaking of the new left*. Ed. University of California.

GOMES, M.R. – *Jornalismo e Ciências da Linguagem*. EdUsp. 2000;

León Cedeño, A. (2007). *El Trueque Constructivo: Buscando formas respetuosas de trabajo con prácticas contrahegemónicas*. *Fermentum, Revista de Sociologia y Antropologia*, 17(50), 626-645. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/705/70505010.pdf>

Manfroi, V.M. (1997). *O Sujeito Militante: desejos e projetos*. Em, Batista, D. (org). *Cidadania e Subjetividade: novos contornos e múltiplos sujeitos*. Ed. Imaginário. São Paulo.

Marcondes Filho, C. (2000). *A Saga dos Cães Perdidos*. Editora Hacker.

Mcluhan, M. (1962). *The Gutenberg Galaxy: the making of typographic man*. Ed Routledge.

Mcluhan, M. (2001). *Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem (understanding media)*. Editora Cultrix.

Miani, R. A. (2006). *Comunicação Comunitária: uma alternativa política ao monopólio*

mediático. Texto apresentado no I Encontro da União Latinoamericana de Economia Política da Informação, da Comunicação e Cultura. Niterói (RJ).

Mouillaud, M. (2002). A Crítica do Acontecimento ou o Fato em Questão. In Mouillaud, M. e Porto, S.D. (org) – O Jornal: da forma ao sentido. Ed. UnB.

Paiva, R. (2007). O Retorno da Comunidade: os novos caminhos do social. Ed. Mauad. Rio de Janeiro.

Peruzzo, C.M.K. (1996). Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária. Texto apresentado no Núcleo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania, do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Brasília (DF), UnB.

Santos, M. (2008). Técnica, Espaço e Tempo. EdUsp.

Spink, P. (2008). O pesquisador conversador no cotidiano. *Psicologia e Sociedade*, 20(1).

Spink, P. (2003). Pesquisa de campo em psicologia Social: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia e Sociedade*. 5 (2), 18-42.

Thompson, J. B. (1995). Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Editora Vozes.

Thompson, J. B. (1999). A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia. Editora Vozes.